

Capital não-bancário é o alvo

Flora Holzman

Querendo ou não o Brasil já sofre os efeitos das restrições impostas pelos países do Primeiro Mundo no que diz respeito à transferência de tecnologia considerada sensível ou de duplo uso, admitiu ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. É exatamente por este motivo que, na entrevista concedida ontem, o ministro afirma que o País poderá "participar do processo, usufruindo dos benefícios".

Na prática, isto quer dizer que na avaliação do custo-benefício, o governo brasileiro poderá optar pela assinatura de alguns acordos antes descartados — como algumas restrições mais abrangentes na área nuclear ou de transferência de tecnologia para regiões de con-

flito — de forma a resgatar a credibilidade para aquisição de máquinas, componentes e **know-how** de duplo uso para fins pacíficos.

Na mesma linha, a política da nova equipe — que o presidente Fernando Collor tentará transmitir durante sua visita aos Estados Unidos — tem o objetivo precípuo de eliminar as incertezas que pesam sobre os investimentos no Brasil. "Sem leis aceitáveis o investimento estrangeiro vai preferir ir para a Polônia, México ou para a Ásia", afirmou o ministro que, por outro lado, confia no bom-senso dos parlamentares para a aprovação de uma legislação mais moderna na área de patentes e informática.

O Executivo, segundo Marcílio, está negociando exaustivamente com o Congresso Nacional para obter a aprovação de regras mais claras e modernas nestes setores. "A

negociação se dá não em função das exigências americanas, mas simplesmente porque não podemos nos atrasar ainda mais".

Quanto à legislação anti-dumping que o Executivo pretende colocar em prática para proteger a indústria nacional, o ministro recorda que "o capitalismo americano tem um de seus pilares estabelecidos em uma legislação rigorosa para evitar as práticas desleais de competição".

De qualquer forma, todos os esforços do presidente Collor e sua nova equipe visam a recuperar o fluxo positivo de ingresso de divisas, assim como ocorreu no México, principalmente captando recursos externos, na forma de financiamentos ou participações não-bancárias, ainda que através do sistema financeiro.